



UNIMÓVEIS

Indústria e Comércio de Móveis Escolares Ltda.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO
DE VACARIA-RS.

Ref. EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015

(Processo nº 192.636/15)

UNIMÓVEIS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Geraldo Pereira, nº 484, Bairro Alto da Bronze, Estrela, RS, inscrita no CNPJ sob nº 07.189.487/0001-41, por seu representante legal no fim assinado, vem à presença de Vossa Senhoria requerer a juntada das presentes **RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que deixou de reconhecer a habilitação técnica da recorrente, expondo e requerendo o quanto segue:

O edital estabelece no item “4.3”, I, do Edital, que será exigido *“atestado/declaração de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, indicando que a mesma já executou/forneceu, satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos, anexado a cópia da nota fiscal ou nota de empenho que originou o respectivo atestado.”*

A empresa recorrente foi declarada vencedora dos itens 3,4,8,9,11 e 12; inobstante isso, no julgamento dos documentos de habilitação foi desclassificada por não anexar nos atestados de capacidade técnica as cópias das notas fiscais ou notas de empenho

1

Fone: (051) 3748-9171**

Caixa Postal 219 - CEP 95880-000 - ESTRELA / RS

CNPJ: 07.189.487/0001-41



UNIMÓVEIS

Indústria e Comércio de Móveis Escolares Ltda.

que originaram o respectivo atestado (EDITAL, página 9 item 4.3 – documentos de habilitação).

De fato, houve rigor excessivo na desclassificação da empresa ora recorrente.

A doutrina especializada¹ ao discorrer sobre a qualificação técnica do competidor adverte:

“As exigências de qualificação técnica e econômico-financeira, di-lo o art. 37, XXI, da Constituição da República, devem ser apenas aquelas indispensáveis para assegurar o cumprimento do contrato, posto que qualquer outra reduz o teor de competitividade do certame.

Logo, a Constituição reservou à autoridade administrativa a discricção necessária e suficiente para incluir nos editais de licitação as exigências de comprovação de qualificação técnica que se ajustem à natureza do objeto em disputa, suas características e a complexidade de sua execução. Em outras palavras, cabe a cada edital dosar as exigência de modo a resguardar a Administração quanto à experiência a Administração quanto à experiência da empresa licitante na precedente execução de objetos assemelhados. Para objetos de máxima complexidade e de alto custo, o máximo de exigências. Para objetos de menor complexidade e menor custo, nível menos rigoroso de exigência.”

O que se constata do discurso da doutrina em matéria em matéria de licitações é que predomina o critério da flexibilidade e discricionariedade da Administração Pública em tais situações.

Por conseguinte, em que pese a formalidade não observada quanto aos documentos, é de se ver que a recorrente tem o menor preço que se constitui no aspecto principal de qualquer licitação. Segundo MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO “a preferência do legislador pelo critério do preço foi a tal ponto que, mesmo na licitação de

¹ COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR, ED. RENOVAR, p. 347.

Fone: (051) 3748-9171**

Caixa Postal 219 - CEP 95880-000 - ESTRELA / RS

CNPJ: 07.189.487/0001-41



UNIMÓVEIS

Indústria e Comércio de Móveis Escolares Ltda.

“melhor técnica”, é o critério do preço que acabará prevalecendo sobre o da técnica.” Assim, a exclusão do participante pela falta de anexação das cópias das notas fiscais ou notas de empenho – diligência esta que pode ser perfeitamente suprida – implicaria num descompasso com os princípios norteadores do processo de licitação, pois está perfeitamente comprovada a experiência da recorrente no fornecimento de móveis escolares.

O aspecto formal não deve ser prestigiado em detrimento da questão de fundo, isto é, o melhor preço apresentado e a comprovada aptidão técnica da requerente, já que a decisão deve levar em conta o benefício para a administração pública.

Dessa forma, a desclassificação foi desarrazoada e desproporcional à falta cometida, ou seja, a não anexação de cópia de documento quando pode ser promovida diligência capaz de aferir a capacidade técnica do participante, não sendo lógico, jurídico e nem racional que a empresa com o menor preço seja eliminada do certame por aspecto essencial formal e demasiadamente valorizado, numa análise descontextualizada do processo administrativo de seleção.

Em que pese, por conseguinte, a vinculação ao instrumento convocatório a infração da recorrente é de reduzida gravidade, em especial diante do fato de que detém efetiva capacidade técnica e, ainda, o menor preço. Reside aí, exatamente, a desproporcionalidade entre a punição e a falta cometida.

JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR (obra citada, pág. Pág. 344) discorrendo sobre o conteúdo da norma (art. 30 da Lei de Licitações), destaca:

“Comprova-se a aptidão do habilitante comparando-se o objeto da licitação com as atividades por ele anteriormente exercidas, quanto a características, quantidades e prazos. Havendo compatibilidade – sinônimo, aí, de afinidade – entre as atividades e o objeto, estará atendida parte substancial da prova de aptidão, que se completará com a indicação das instalações e do aparelhamento necessário à execução do objeto, bem como da qualificação e do pessoal técnico.”



UNIMÓVEIS

Indústria e Comércio de Móveis Escolares Ltda.

Nessa linha, não nos parece sensato desclassificar a empresa participante em razão de um aspecto apenas formal, ou seja, a cópia de um documento, o que pode ser suprido, como se disse, por uma diligência ou permitindo a juntada do documento.

Nesse sentido o posicionamento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em caso assemelhado:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DESCLASSIFICAÇÃO. MELHOR PROPOSTA. INOBSERVÂNCIA DO EDITAL. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À LICITANTE. FORMALISMO EXACERBADO DA ADMINISTRAÇÃO.

Exigências despropositadas ou excessivo rigor procedimental, na medida em que concorrem para tornar a licitação ainda mais formalista, tão a gosto da burocracia, desvirtuam seus objetivos e de certa forma infringem inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.

A inobservância do edital ou carta-convite ou a omissão da proposta para ensejar a desclassificação há de ser substancial a ponto de trazer prejuízos à entidade licitante ou aos demais proponentes.

A procura da melhor proposta é procedimento utilizado comumente por todas as pessoas que desejam contratar; mas se para tantos é faculdade, para o Poder Público é obrigação.

Deram Provimento. (Apelação Cível nº 70009760083, 21ª Câmara Cível, Rel. Des. José Genaro Baroni Borges).

POSTO ISSO, requer seja provido o presente recurso para efeito de reforma da decisão recorrida de modo a julgar classificada a empresa recorrente, e adjudicando o objeto da licitação à mesma em razão de ter esta o menor preço e preenchido os demais requisitos do edital.

Termos em que
e. deferimento.

Estrela-RS, 7 de agosto de 2015.

Carlos José Baldasser
UNIMÓVEIS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS

ESCOLARES LTDA.

07.189.487/0001-41
UNIMÓVEIS - IND. E COM. DE MÓVEIS
ESCOLARES LTDA

RUA GERALDO PEREIRA, 484
ALTO DA BRONZE - CEP 95.880-000
ESTRELA - RS

Fone: (051) 3748-9171**

Caixa Postal 219 - CEP 95880-000 - ESTRELA / RS

CNPJ: 07.189.487/0001-41